

Senhor Presidente em Exercício da Câmara Municipal da Serra,

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Município manifestou-se pela inconstitucionalidade aos seguintes dispositivos:

Art. 3º Fica a critério do Poder Executivo instituir, por meio de Decreto, Comissão Organizadora da Campanha Permanente de Combate, Conscientização e Prevenção à Síndrome de Burnout, que ficará responsável pelas atividades desenvolvidas durante a Semana.

Conforme se extrai do PARECER Nº. 577/2025, “No âmbito federal, a fixação de datas no calendário nacional deve obedecer ao critério da *“alta significação”*, seja para celebrar os *“diferentes segmentos étnicos nacionais”*, conforme exigência do art. 215, § 2º, da CR (Constituição da República de 5 de outubro de 1988), seja para celebrar os *“diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos [e] culturais”*, conforme exigência do art. 1º da Lei nº. 12.345, de 9 de dezembro de 2010.

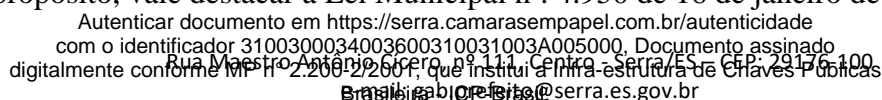
E na forma do art. 2º da Lei nº. 12.345 de 2010, “a definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas”.

Entretanto, no âmbito municipal, a fixação de datas ou eventos no calendário próprio prescinde dessas louváveis exigências.

Particularmente aqui na Serra, ante a ausência de legislação regulamentar, a fixação de datas ou eventos no calendário municipal é tratada como um daqueles “*assuntos de interesse local*” que o Município tem competência para dispor – com ampla liberdade – nos termos do art. 30, I, da LOM (Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990).

Ou seja, a fixação de datas ou eventos no calendário municipal vem sendo reservada à lei (art. 99, XIV, LOM); lei cuja iniciativa compete ao prefeito ou a qualquer vereador (art. 143, LOM) e cujo quorum de aprovação é a maioria simples (art. 139, LOM).

~~A propósito, vale destacar a Lei Municipal nº. 4.950 de 16 de janeiro de 2019.~~





MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Com efeito, a fixação de datas ou eventos no calendário municipal prescinde do critério da “alta significação”.

No entanto, lotado desse jeito, o “calendário” municipal também não gera nenhuma obrigação de celebração ou comemoração para o poder executivo – ou, na ordem inversa, o poder executivo não tem o dever de celebrar ou comemorar anual e solenemente as inúmeras datas municipais.

Enfim, esses dias e semanas municipais são homenagens e reconhecimentos oficiais, que até devem ser lembrados para os devidos cumprimentos, mas não são datas que criam obrigações e despesas para o poder executivo. Aliás, os dias municipais não são nem feriados.

Neste caso, então, o primeiro artigo da lei apenas insere o evento no "calendário oficial".

Em outros termos: que a inserção do evento, por si só, não cria obrigações e despesas para o poder executivo.

No entanto, o art. 3º da lei faz isso sim, isto é, este dispositivo obriga o poder executivo a realizar atividades.

No entanto, a iniciativa das leis que disponham sobre estrutura, organização e funcionamento da administração pública é privativa do Prefeito, nos termos do art. 143, p.º, V, da LOM (Lei Orgânica do Município de 5 de abril de 1990):

Art. 143. A iniciativa das leis compete a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]

V - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos do Poder Executivo.

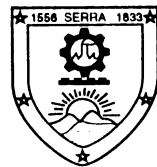
Logo, quando tomada por vereador, a iniciativa da lei que disponha sobre estrutura, organização e funcionamento da administração municipal tem o vício da incompetência.

E a lei aprovada a partir de iniciativa com vício de incompetência é inconstitucional.

Sempre nesse sentido também, a jurisprudência do TJES (Tribunal de Justiça do Espírito Santo), da qual se destaca o enunciado da Súmula 09:

É inconstitucional lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo que disponha sobre matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.





MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Com efeito, por iniciativa de vereador, a lei não pode desrespeitar a autonomia administrativa e obrigar o poder executivo a realizar atividades que geram despesas sem previsão orçamentária.

Portanto, para fins de sanção, o art. 3º da Lei nº. 6.227, de 5 de novembro de 2025, é inconstitucional.

Assim, embora se reconheça a boa intenção do legislador, essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal da Serra.

WEVERSON VALCKER
MEIRELES:12493551
761

Assinado de forma digital por
WEVERSON VALCKER
MEIRELES:12493551761
Dados: 2025.12.01 16:56:17
-03'00'

WEVERSON VALCKER MEIRELES
Prefeito Municipal

Processo PMS nº 104842/2025
Processo CMS nº 3699/2025
Projeto de Lei nº 752/2025



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300034003600310031003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
E-mail: gabinete@serra.es.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER Nº. 577/2025

Processo nº. 104.842/2025

Órgão de origem: GP (Gabinete do Prefeito)

Assuntos: projeto de lei, calendário oficial e atribuições ao poder executivo

Senhor Diretor,

A Câmara de Vereadores encaminhou ao Chefe deste Poder Executivo o autógrafo de Lei nº. 6.227, de 5 de novembro de 2025, para sanção.

A lei inclui a “*Semana de Combate, Conscientização e Prevenção à Síndrome de Burnout*” no calendário oficial de eventos da cidade e determina ao executivo a realização de atividades afins.

É o breve relatório.

No âmbito federal, a fixação de datas no calendário nacional deve obedecer ao critério da “*alta significação*”, seja para celebrar os “*diferentes segmentos étnicos nacionais*”, conforme exigência do art. 215, § 2º, da CR (Constituição da República de 5 de outubro de 1988), seja para celebrar os “*diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos*”

Rua Maestro Antônio Cícero, 111, Caçaroca, Prefeitura, Serra/ES, CEP 29176-439
Telefone: (27) 3291-2067




Assinado digitalmente por: **BRUNO DA SILVA**, Diretor de Assessoria Jurídica, em 14/11/2025, às 10:00:00. O documento possui validade jurídica e pode ser verificado no site: <https://portal.transparencia.mec.gov.br/portal/verificar-assinatura>. O documento foi assinado digitalmente em conformidade com a Lei 14.063/2020.








Art. 143. A iniciativa das leis compete a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.


 Digitalmente assinado por **RICARDO DE SOUZA MULLER** em 04/2025. Verifique a autenticidade do documento em <https://brasil.tribunaltpo.org.br/assassinado> ou diretamente no aplicativo **Brasil. Tribunal TP** no Google Play ou na loja de aplicativos do seu celular.




$$\begin{bmatrix} \vdots \\ \vdots \\ \vdots \end{bmatrix}$$


 Digitalmente assinado por: **BERNARDO DE SOUZA M/SSC** em 14/05/2025 às 08:00:00
 O conteúdo do documento foi verificado em 14/05/2025 às 08:00:00. Para garantir a autenticidade
 e a integridade do documento, consulte o site www.gov.br/ptsp ou o aplicativo Gov.br.





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A ADI 2329/AL:

LEI ALAGONA N. 6.153, DE 11 DE MAIO DE 2000, QUE CRIA O PROGRAMA DE LEITURA DE JORNAIS E PERIÓDICOS EM SALA DE AULA, A SER CUMPRIDO PELAS ESCOLAS DA REDE OFICIAL E PARTICULAR DO ESTADO DE ALAGOAS.

1. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual para legislar sobre organização administrativa no âmbito do Estado.
2. Lei de iniciativa parlamentar que afronta o art. 61, § 1º, inc. II, alínea e, da Constituição da República, ao alterar a atribuição da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Princípio da simetria federativa de competências.
3. Iniciativa louvável do legislador alagoano que não retira o vício formal de iniciativa legislativa. Precedentes.

E a ADI 3180/AP:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. PEDIDO DEFERIDO.

Lei nº 781, de 2003, do Estado do Amapá que, em seus arts. 4º, 5º e 6º, estabelece obrigações para o Poder Executivo instituir e organizar sistema de avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos.

Inconstitucionalidade formal, em virtude de a lei ter-se originado de iniciativa da Assembléia Legislativa.

Processo legislativo que deveria ter sido inaugurado por iniciativa do Governador do Estado (CF, art. 61, § 1º, II, e).

Sempre nesse sentido também, a jurisprudência do TJES (Tribunal de Justiça do Espírito Santo), da qual se destaca o enunciado da Súmula 09:

É inconstitucional lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo que disponha sobre matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Rua Maestro Antônio Cícero, 111, Caçaroca, Prefeitura, Serra/ES, CEP 29176-439
Telefone: (27) 3291-2067



Este documento foi assinado digitalmente por **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DA SERRA** em 14/05/2025 às 09:00h. Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site **www.serra.es.gov.br** e clique em "Verificar Assinatura". O documento também pode ser verificado digitalmente no site **www.brasil.gov.br** ou no aplicativo **Gov.br**. O documento assinado digitalmente em conformidade com a Lei 14.063/2020.





A ADI 000261-10.2016.8.08.0000:

2. Ademais, a Lei municipal nº 5.674/2015, ao determinar a inclusão o evento 'Araçás é o fervo' no Calendário Oficial de Eventos do Município de Vila Velha, desconsiderou, flagrantemente, as normas que dispõem acerca da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para legislar sobre a gestão de suas atividades de organização administrativa.

ICP
Brasil



© Brasil no ar
da certificação Data



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3. Ação de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei nº 5.674/2015 do Município de Vila Velha, porém com efeitos ex nunc, incidentes a partir da publicação deste acórdão.

E a ADI 0001368-21.2018.8.08.0000:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CALENDÁRIO OFICIAL LEI MUNICIPAL INSERÇÃO DE REQUISITOS INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

As leis que tenham impacto no orçamento e organização administrativa são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 63, parágrafo único, III, da Constituição do Estado do Espírito Santo, assim como do art. 34, parágrafo único, II, da Lei Orgânica do Município de Vila Velha.

Com efeito, por iniciativa de vereador, a lei não pode desrespeitar a autonomia administrativa e obrigar o poder executivo a realizar atividades que geram despesas sem previsão orçamentária.

Portanto, para fins de sanção, o art. 3º da Lei nº. 6.227, de 5 de novembro de 2025, é inconstitucional.

É o parecer.

Rua Maestro Antônio Cícero, 111, Caçaroca, Prefeitura, Serra/ES, CEP 29176-439
Telefone: (27) 3291-2067



Assinado digitalmente por: **PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DA SERRA**, CPF nº 000.000.000-00, em 14/05/2025, com validade jurídica. Para verificar a autenticidade do documento, acesse o link: <https://portal.transparencia.mg.gov.br/portal/verificacao>. O documento também pode ser verificado no site: <https://portal.transparencia.mg.gov.br/portal/verificacao>. O documento assinado digitalmente conforme a Lei nº 14.063/2020.

